

Entre “liberais” e “déspotas”: as revoluções liberais europeias nos periódicos do Brasil de 1821

Entre “liberales” y “déspotas”: las revoluciones liberales europeas en los periódicos de Brasil de 1821

“Liberals” and “Despots”: The European Liberal Revolutions in the Periodicals of Brazil in 1821

Arthur Reis¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3531-3747>

Resumo: A passagem do século XVIII para o XIX foi marcada por modificações políticas e sociais nos países americanos e europeus, conectando realidades distantes e permitindo o compartilhamento de experiências. O artigo analisa como os movimentos liberais europeus foram abordados pelos periódicos do Brasil entre 1821 e a chegada da notícia do Fico nas províncias brasileiras, o que ocorreu em 1822. Nosso objetivo é entender os discursos políticos que permearam o debate político dentro desse recorte. Para isso, a pesquisa utiliza dados quantitativos de referências e extratos de jornais estrangeiros, além de análise qualitativa dos textos para mostrar como os editores usavam essas notícias em prol de causas políticas. Os periodistas criaram uma identidade liberal para mobilizar o público em defesa de seus interesses, com base no compartilhamento de experiências entre os dois lados do Atlântico. Essa identidade foi marcada pela polarização entre “liberais” e “déspotas”, estimulada em 1821 em defesa do movimento político constitucionalista em Portugal.

Palavras-chave: Independência; Imprensa; Era das Revoluções.

Resumo: El paso del siglo XVIII al XIX estuvo marcado por modificaciones políticas y sociales en los países americanos y europeos, conectando realidades distantes y permitiendo el intercambio de experiencias. El artículo analiza cómo los movimientos liberales europeos fueron abordados por los periódicos de Brasil entre 1821 y la llegada de la noticia del Fico en las provincias brasileñas, lo cual ocurrió en 1822. Nuestro objetivo es entender los discursos políticos que impregnaron el debate político dentro de este recorte. Para ello, la investigación utiliza datos cuantitativos de referencias y extractos de periódicos extranjeros, además de análisis cualitativo de los textos para mostrar cómo los editores usaban estas noticias en pro de causas políticas. Los periodistas crearon una identidad liberal para movilizar al público en defensa de sus intereses, basada en el intercambio de experiencias entre ambos lados del Atlántico. Esta identidad estuvo marcada por la polarización entre “liberales” y “déspotas”, estimulada en 1821 en defensa del movimiento político constitucionalista en Portugal.

Palavras-chave: Independencia; Prensa; Era de las Revoluciones.

Abstract: The transition from the 18th to the 19th century was marked by political and social changes in American and European countries, connecting distant realities and enabling the sharing of experiences. The article analyzes how European liberal movements were approached by the Brazilian newspapers between 1821 and the arrival of the news of “Fico” in the provinces where they were published, what’s happen in 1822. Our objective is comprehend the political discourses. The research uses quantitative data from references and excerpts of foreign newspapers, and qualitatively

1 Doutorado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mai: arthurfr23@gmail.com.

analyzes the texts to show how editors exposed and used the news of these movements to further political causes. During the exploration of sources, we noticed that journalists created a liberal identity to mobilize the public in defense of their own interests. This identity, based on the sharing of experiences from both sides of the Atlantic, was characterized by polarization and otherness between those they referred to as “liberals” and “despots,” identities that, in 1821, were stimulated and mobilized in defense of joining the constitutionalist political movement initiated in Portugal.

Keywords: Independence; Press; Age of Revolutions.

O início do século XIX foi marcado por modificações sociopolíticas no Mundo Atlântico. A independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as invasões napoleônicas e a difusão de ideias liberais colaboraram para o surgimento de movimentos constitucionalistas em diversos países europeus e americanos. Fruto de um momento de agitação e mudança social, o constitucionalismo ibérico desembocou em processos de autonomização das colônias americanas, chamando a atenção dos historiadores para possíveis conexões entre esses acontecimentos.

Este artigo tem como proposta compreender relações entre as revoluções atlânticas, analisando o conteúdo dos periódicos do Brasil criados a partir do movimento constitucionalista português de 1820 e que circularam até a chegada da notícia do “Fico” nas províncias brasileiras. O interesse no tema se deve à tentativa de compreender melhor as ligações e encadeamentos políticos entre diferentes contextos e realidades discutidos nesses impressos. O recorte temporal abrange a Revolução Liberal de 1820, ocorrida no Porto, em Portugal, e a proclamação do “Fico” em 1821, dois fatos fundamentais que transformaram as discussões e as condições de circulação da imprensa.

A escolha desses recortes se deu porque eles foram um momento marcante de mudança em discursos e debates nas fontes analisadas. O movimento vintista resultou no aumento do número de jornais na América portuguesa e na exposição mais contundente da linguagem liberal. Já o “Fico” representou uma mudança na posição política de algumas folhas, bem como uma alteração nos temas debatidos na imprensa.

Este artigo examinou os papéis *Semanário Cívico* (BA), *Conciliador do Maranhão* (MA), *Aurora Pernambucana* (PE), *Relator Verdadeiro* (PE), *Segarrega* (PE), *Espelho* (RJ), *Malagueta* (RJ), *Conciliador do Reino Unido* (RJ), *O Bem da Ordem* (RJ), *Sabatina Familiar* (RJ) e *Reverbero Constitucional Fluminense* (RJ). Também foi incluído o *Idade d’Ouro* (BA), que, embora já estivesse em circulação antes de 1821, desempenhou um papel importante no debate político da Bahia.

A análise abrangeu as edições que circularam até a chegada das notícias do “Fico” nos doze jornais de 1821, dividindo o estudo em etapas quantitativas e qualitativas. Por um lado, foram quantificadas as referências e citações aos impressos estrangeiros nessas folhas.

Por outro lado, foram analisadas essas referências do ponto de vista qualitativo, buscando compreender seus conteúdos.

1 A ERA DAS REVOLUÇÕES

A compreensão dos pontos de contato entre as revoluções que ocorreram no mundo Atlântico entre meados do século XVIII e a primeira metade do XIX tem se popularizado na historiografia. Alguns estudos têm se dedicado a entender esses movimentos de forma conectada, como os trabalhos de Jacques Godechot (1976) e Robert Palmer (2014). Esses autores, em seus estudos clássicos e inaugurais de meados do século XX, argumentaram que houve uma intensa insatisfação por parte de elementos das sociedades atlânticas com a condição sociopolítica dos países, resultando em uma onda revolucionária que atingiu vários espaços do mundo ocidental. Essas convulsões, consideradas por Palmer como “movimentos democráticos”, buscavam conquistar maior igualdade social (PALMER, 2014, p. 6). Essa interpretação histórica baseada na Era das Revoluções considerou que os movimentos constitucionalistas europeus e os processos de autonomização das Américas faziam parte de uma “mesma revolução liberal ou burguesa” (GODECHOT, 1976).

No caso brasileiro, Nelson Werneck Sodré (1965) destacou a inserção desse processo no contexto Atlântico, argumentando que a transformação das antigas colônias ibéricas americanas em “nações autônomas” foi decorrente da “revolução burguesa”, liderada pela Inglaterra (SODRÉ, 1965, p. 11). Pesquisadores como Fernando Antônio Novais (1982), Emília Viotti da Costa (1969) e Carlos Guilherme Mota (1972) também refletiram sobre a independência do Brasil no mundo revolucionário, discutindo a crise do Antigo Sistema Colonial como um elemento central. De acordo com esses estudiosos, a ruptura do Império português foi um desdobramento dos movimentos revolucionários na Europa e uma resposta à crise do Antigo Regime português.

Além disso, outros historiadores como István Jancsó (1997), analisaram os movimentos de contestação do final do século XVIII como sintomas da decadência colonialismo, observando uma busca por soluções políticas e sociais diante do esgotamento da sociedade tradicional portuguesa. O autor percebeu que essa busca ocorreu em várias partes do mundo, através de manifestações, impressos e revoltas (JANCSÓ, 1997).

Essas interpretações históricas têm sido renovadas e enriquecidas por novas pesquisas. No contexto internacional, intelectuais como Alison Games (2019), Linda Colley (2022), David Armitage e Sanjay Subrahmanyam (2009) resgataram e reelaboraram a conceitualização da Era das Revoluções.

No que se refere ao Brasil, historiadores como Kirsten Schultz (2006) e Anthony MacFarlane (2006) têm buscado compreendê-la em relação às revoluções atlânticas. Schultz

argumenta que esse momento apresentou diversas alternativas aos sujeitos históricos, incluindo a continuidade da monarquia bragantina. MacFarlane destaca que a independência não pode ser estudada apenas do ponto de vista nacional, pois existiam várias ligações entre os movimentos americanos e os acontecimentos europeus. Portanto, é fundamental interpretar e compreender a influência de novos conceitos a partir da “revolução atlântica”, uma vez que exerceram forte influência por meio de sua repercussão e publicidade em impressos.

Além disso, pesquisadores brasileiros têm se preocupado em entender a dinâmica de circulação de ideias e o compartilhamento de experiências. Lúcia Granja e Tânia Regina de Luca (2018) organizaram um livro que aborda o papel dos intelectuais na mediação e fluxo de impressos e pessoas no Atlântico. Nele, são destacados o desenvolvimento tecnológico e o aumento do número de leitores como possíveis catalisadores do comércio de livros, bem como o papel dos comerciantes no fluxo desses materiais e a existência de redes de comércio especializadas nesse mercado. Esses atores desempenharam um papel central na circulação projetos e conceitos provenientes do outro lado do oceano (NEVES; FERREIRA, 2018).

Recentemente, João Paulo Pimenta (2017) lançou uma obra que relaciona essas reflexões. Ele destaca a inserção do Brasil no contexto revolucionário geral, por meio de eventos, processos e relações históricas, bem como da troca de ideias e pessoas. Pimenta destaca a progressiva dilatação de uma linguagem de fundamentos revolucionários, que deu exemplos de comportamento da conjuntura de crise aos homens da época.

Essa rápida revisão da historiografia demonstra o quanto a literatura tem se preocupado em explorar os vínculos entre os movimentos liberais no mundo Atlântico. Apesar de utilizarem métodos, teorias e chegar a conclusões diferentes, essas interpretações concordam com a necessidade de entender as revoluções de forma, no mínimo, relacionadas. Essa literatura e a leitura dos jornais nos levaram a perceber as constantes referências, extratos e citações de papeis estrangeiros.

2 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO MUNDO ATLÂNTICO

Com a adesão das províncias e da Corte ao movimento constitucionalista iniciado em Portugal, os papeis demonstraram entusiasmo com as mudanças políticas que ocorriam no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Além das manifestações da tropa e do povo incentivadas por grupos regionais, os periódicos transmitiam a ideia de um novo período político em andamento. Para reforçar essa percepção, os redatores publicavam notícias de revoluções na Europa, estabelecendo conexões entre as mudanças políticas no Brasil e acontecimentos semelhantes do outro lado do Atlântico.

Considerando o caso americano, Javier Fernández Sebastián (2011) observa que houve uma demanda por novidades que contribuiu para aprofundar a distância entre experiências e expectativas. À medida que as pessoas se informavam sobre os acontecimentos em outros países, aumentava a busca por novidades, o que gerava conscientização sobre o que estava ocorrendo em outros lugares e influenciava o apoio ou a oposição aos eventos.

Um exemplo factível dessa realidade é a pesquisa de Edú Trota Levati (2015), que quantificou 268 folhas citadas 2489 vezes nos jornais da América portuguesa entre 1808 e 1822. Ao perceber essa intensa rede de circulação, o autor concluiu que os impressos da América portuguesa, ao citarem e referenciar outros periódicos, estavam “integrando e sendo integrados” ao espaço da fonte citada, estabelecendo “contornos de uma unidade geográfica que eles próprios ajudavam a criar” (LEVATI, 2015, p. 84).

Nos papéis analisados, havia a percepção de que o movimento do qual faziam parte não se restringia aos limites políticos do Reino Unido, mas encontrava eco e extensão em todo o mundo atlântico. Através das notícias, estabelecia-se uma ligação e união entre portugueses da América e da Europa, espanhóis, napolitanos, piemonteses, gregos e outros liberais que lutavam contra os déspotas da Santa Aliança, conectando histórias geograficamente distantes e temporalmente diferentes.

No entanto, essa visão era discursiva e retórica. Ou seja, os movimentos ocorridos nesses lugares não eram semelhantes, seus atores não tinham os mesmos projetos e não existia um plano liberal internacional coeso. Tratava-se, na realidade, de um discurso utilizado para convencer o público de que a Revolução do Porto estava vinculada a outros ao redor do mundo, o que aumentava sua legitimidade.

Por isso, concordamos com Javier Fernández Sebastián (2012) quando ele destaca a existência de diversas experiências liberais. Essas vivências foram variadas e experienciadas de maneiras distintas por seus atores históricos, que tinham planos e projetos diferentes. Isso não inviabiliza, no entanto, uma interpretação conectada, já que, como Fernández Sebastián nos mostra, o liberalismo foi construído em uma perspectiva atlântica. Portanto, é possível observar nessas fontes - sempre com o cuidado necessário para não aceitar acriticamente o discurso dos redatores - como as mudanças políticas resultantes das revoluções eram apontadas como elementos do novo período que se iniciava.

3 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NOS JORNAIS DO BRASIL: UM OLHAR QUANTITATIVO

Tentando entender as principais referências e pares de debate nos jornais do Brasil, destacamos as citações e menções que eles faziam a outros papéis. Na base de dados criada para o período analisado neste artigo, conseguimos reunir um total de 143 referências. Des-

sas, 84, mais da metade (58,74%), são de europeus, 53 do Reino do Brasil (37,06%) e apenas 4 de americanos (2,80%).

Dentre os países europeus, Portugal tem 42 indicações (29,37%), Inglaterra 25 (17,48%), França 10 (6,99%), Espanha 4 (2,8%) e as regiões que hoje formam a Alemanha, a Áustria e a Itália, 1 cada. O *Argos*, único jornal americano citado nesse período, provém do que atualmente conhecemos como Argentina. Dos impressos europeus, o mais lembrado foi o português *Astro da Lusitânia* (11), seguido pelo *Diário das Cortes* (9) e pelo inglês *Morning Chronicle* (7). Diante dessas estatísticas, podemos perceber que a geografia dos jornais durante o ano de 1821 se direcionou para a Europa.

Se as informações quantitativas nos trazem alguns pontos de reflexão, quando olhamos qualitativamente para essas referências e analisamos seus conteúdos, podemos encontrar algumas explicações para esses dados. No caso do *Argos de Buenos Aires*, as notícias eram sobre a América. Extraídas pelo *Conciliador do Maranhão* e pelo *Semanário Cívico*, elas falavam sobre os processos de independência e sobre a situação política dos países americanos. Através delas, ambos afirmavam que o panorama geral da região era de “anarquia” iniciada com a “dissolução do Governo Central”. Desde então, A América se dividiu em várias repúblicas que caíram “umas e outras na mais horrorosa guerra civil”.

A utilização dessas notícias e a ênfase dada ao suposto estado de anarquia das repúblicas americanas exerceram um papel importante no discurso político desses jornais. Como ambos eram assumidamente contrários à posição autônoma que o Rio de Janeiro progressivamente tomava em relação às ordens das Cortes de Lisboa, para chamar atenção para uma possível radicalização desse posicionamento, o *Conciliador* e o *Semanário* destacaram os problemas da independência da América como uma experiência a ser evitada pelos habitantes do Brasil.

Se extratos de papeis americanos serviam a esse propósito nos dois periódicos supracitados e não foram, pelo menos nesse recorte temporal, replicados em Pernambuco e no Rio de Janeiro, as folhas europeias encontraram ampla circulação nos jornais das quatro províncias analisadas. Dentre os países daquele continente, o que mais se destacou foi Portugal. Isso porque eram comuns que informações das Cortes e discussões sobre a situação do Reino Unido, transformando os impressos portugueses em fontes frequentes e usuais de notícias e parceiros nos debates políticos.

Além de Portugal, também foram extraídos relatos sobre a Espanha e Inglaterra. No caso espanhol, elas variavam de questões relativas à política a rumores de agitação. Já dos jornais ingleses, os extratos eram de acusações de que o Império Britânico buscava desestabilizar o Reino do Brasil, Portugal e Algarves, e estatísticas populacionais.

Outros assuntos também foram frequentemente expostos. Noticiava-se relatos de uma possível guerra entre o Império Turco-Otomano e o Império Russo, por exemplo. Já a França estaria sendo ameaçada, segundo extrato do jornal português *Patriota* impresso pelo *Segarrega*, por uma revolta absolutista.

Essa última notícia, aliás, é importante por demonstrar que nem sempre existia uma relação direta entre o país noticiado e a origem do periódico de referência. Por exemplo, o jornal francês *Le Moniteur Universel* informava sobre a América, o inglês *London Packet* sobre a Espanha, e a *Gazeta de Lisboa* sobre a Inglaterra. Quer dizer, não existia uma lógica relacional entre o local da notícia e o local do jornal de referência.

4 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NOS JORNAIS DO BRASIL: UM OLHAR QUALITATIVO

Quando examinamos atentamente as citações e referências que os jornais brasileiros faziam uns aos outros, percebemos uma extensa lista de notícias. Através desses extratos retirados de impressos estrangeiros, foram abordados diversos personagens e eventos, incluindo casos bastante específicos, como o desterro dos ex-deputados de Nápoles.

Entre esses informes, o que mais chama a atenção são as conexões estabelecidas entre as mudanças políticas que ocorriam no Brasil e aquelas que ocorriam na Europa. Isso inclui relatos e elogios aos constitucionalistas de Nápoles, Espanha, Portugal, bem como referências à guerra de independência da Grécia contra o Império Turco.

Em torno dessas novidades, os periódicos estabeleceram uma relação de semelhança entre os movimentos liberais. Através das notícias e excertos, os jornalistas buscavam transmitir a ideia de que algo em comum estava sendo vivenciado e compartilhado por diferentes pessoas em diferentes espaços. Por meio desse discurso e retórica, eles tentavam convencer o público de que havia entusiasmo com o liberalismo, bem como compartilhamento de uma experiência geograficamente ampla.

É possível notar que os jornalistas dos jornais brasileiros defendiam a tese de que o mundo estava passando por um período em que novos governos estavam sendo formados. Com base em um discurso proferido na Câmara dos Comuns da Inglaterra pelo Lord Castlereagh, o *Espelho* concluiu que havia um espírito favorável entre os ingleses em relação às “legítimas alterações, que têm sofrido os Governos do Sul da Europa, e que talvez bem depressa grassem até o Norte”.

Segundo o *Semanário*, o estado de fermentação e mudança política que se espalhava pelo mundo era um ciclo normal da história humana, já que “em todos os tempos, e em todas as Nações, os estados nascem, caem e se sucedem em uma ordem regular”. Sendo assim, e alegando passar por um momento inédito, o redator do periódico, Joaquim José da

Silva Maia, afirmava que estava “reservado para os nossos dias, neste século de luzes, ousar traçar o plano de uma regeneração pronta e universal”.

A geopolítica exposta por esses periódicos era dividida em dois lados. Por meio das notícias das revoluções que vinham da Europa, os redatores opunham os liberais espanhóis, portugueses, italianos e gregos aos turcos e aos anticonstitucionalistas franceses, espanhóis e austríacos, que tinham sua representação na Santa Aliança.

Essa percepção não era exclusiva dos jornalistas do Brasil. Ao estudar as revoluções hispânicas, Fernández Sebastián (2012) observou a construção de um antagonismo entre o “liberalismo” e o “absolutismo” como forma de fortalecer o discurso por eles exposto. Dentro dessa lógica, enquanto o liberalismo era visto como um sistema político direcionado ao futuro, o absolutismo era apontado como um regime retrógrado e atrasado.

Nos jornais da América portuguesa, as notícias sobre os movimentos europeus tinham como objetivo reforçar a união em torno do liberalismo. Alguns relatos, como o exposto pela *Aurora Pernambucana*, enfatizavam sua suposta bravura, como os do “heroico Povo Napolitano”, que “para conservar a sua liberdade, terá imolado muitas vidas”, mas “preferiam a morte à escravidão”. Da mesma forma, citando o *Campeão Português*, o *Reverbero Constitucional Fluminense* instigava os portugueses a se lembrarem de “Piemonte e Nápoles”, onde estavam “correndo rios de sangue graças à reação dos usurpadores da liberdade”.

Por meio notícias de supostos atos de bravura e de coragem, os jornalistas criaram uma perspectiva histórica na qual indivíduos de Portugal, Espanha, Grécia e Nápoles lideravam a luta pela liberdade em um mundo sem despotismo. Além das revoluções já iniciadas, havia rumores de agitação e descontentamento na Irlanda, o que teria levado o governo a recolher toda a pólvora da região para os armazéns reais e causado o assassinato de muitas pessoas.

Dessa forma, os redatores dividiam retoricamente o mundo e o polarizavam em dois lados opostos. Nesse contexto, as notícias sobre a guerra de independência da Grécia não eram apenas informativas e passaram a servir a um objetivo político: representar uma possível guerra entre as forças militares absolutistas, representadas pelos turcos, e os liberais, representados pelos gregos.

Como buscavam mostrar fazer parte de um movimento político “liberal”, alguns jornais chegaram a defender alianças com revoluções semelhantes. Para o *Aurora Pernambucana*, era necessário que os portugueses se unissem ao “heroico Povo Napolitano”, que para conservar sua liberdade já havia “imolado muitas vidas”. Portanto, era importante e até natural que “Portugal e Espanha não olhassem indiferentes para a crítica situação de Nápoles, cuja sorte deve ser unida e nossa”.

O *Semanário Cívico*, por sua vez, ressaltou o que estava acontecendo em Nápoles para afirmar que a Bahia, com sua geografia e os reforços que estavam sendo enviados, jamais seria dominada por nações estrangeiras ou por absolutistas como a Santa Aliança, tranquilizando e incentivando a população a defender a causa liberal. Já o *Reverbero Constitucional Fluminense*, por meio de um extrato do *Campeão Portuguez*, pediu aos liberais que ajudassem e prestassem atenção às situações de “Piemonte e de Nápoles”, onde “corriam rios de sangue graças à reação dos usurpadores da liberdade”.

Os discursos veiculados pelos redatores, ao que parece, foram bem recebidos pelos correspondentes desses periódicos. Embora não seja possível afirmar que as cartas tenham sido realmente enviadas por leitores e não pelos próprios redatores, é interessante observar que, das 119 correspondências publicadas nesses papeis, 16 foram assinadas por indivíduos com pseudônimos que indicam alguma identificação com determinados elementos do liberalismo, como a constituição.

No *Conciliador do Maranhão*, foram assinadas correspondências pelo *Curioso Constitucional*, que abordava questões sobre as notícias veiculadas pelo periódico, bem como críticas à Câmara de São Luís. No mesmo periódico, também apareceram correspondências do *Hum Amante da bem entendida Constituição*, que fazia perguntas e pedia respostas para suas dúvidas sobre a constituição que estava sendo elaborada em Portugal, bem como do *O Constitucional Paraense*, que destacou a importância da instrução para o novo regime político que estava sendo estabelecido.

No Rio de Janeiro, o *Hum Constitucional de Facto e de Direito* enviou uma correspondência ao *Reverbero Constitucional Fluminense* criticando André Raposo. Em Pernambuco, o *Hum Pernambucano Constitucional* publicou no *Relator Verdadeiro* considerações sobre um comandante da artilharia que se opôs ao constitucionalismo na província.

No entanto, foi na Bahia que essas identificações foram mais comuns. Nessa província, havia personagens como o *Constitucional Bahiense* e o *Hum seu Amigo Constitucional*, que questionavam autoridades, instituições e discutiam leis. Talvez as mais interessantes sejam as correspondências do *Constitucional Bahiense*, que faziam uma ampla defesa do movimento liberal e buscavam dissipar qualquer temor de reação absolutista, além de incentivar os leitores a defenderem o que ele chamava de “Regeneração Braziliense e Portuguesa”.

Enquanto discutiam e debatiam temas caros ao que entendiam como “liberalismo”, esses correspondentes e redatores também expunham os supostos inimigos dos “liberais”. Identificados normalmente como “déspotas” no discurso desses periódicos, os principais representantes desses “inimigos” eram a Santa Aliança e o Império Turco-Otomano. Além dos opositores externos, também havia os internos. No *Segarrega*, o correspondente *Inimigo dos*

corcundas afirmou que a população de Pernambuco sentia tanta aversão pelos déspotas que se uniu para pedir a saída de um vereador que não havia aderido ao constitucionalismo.

Assim, por meio de um discurso político heterogêneo, mas semelhante, os jornais do Brasil buscavam criar, retoricamente, a existência de uma experiência compartilhada entre liberais americanos e europeus. Com isso, eles buscavam convencer o público de que o constitucionalismo vintista e o liberalismo ao qual, teoricamente, ela representava, deviam ser perseguidos, alcançados e defendidos, chegando até mesmo a pegar em armas e fazer alianças com pessoas semelhantes de outros países, se fosse necessário.

5 LIBERALISMO E CONSTITUCIONALISMO NOS JORNAIS DE 1821

O discurso retórico dos jornalistas analisados buscava criar uma narrativa na qual a Revolução do Porto se inseria em um contexto revolucionário atlântico. Os redatores e os correspondentes esforçavam-se em criar e difundir um relato segundo o qual as revoluções tidas como “liberais” ou “constitucionais” espalhavam-se pelo mundo, modificando o cenário político do Ocidente.

Em um extrato de discursos de deputados americanos exposto no *Reverbero*, afirmou-se que quanto mais “liberal” um plano de governo fosse, “melhor constituído, mais econômico e mais análogo às ideias do nosso século” ele seria. A ascensão do liberalismo, nas palavras do *Semanário Cívico*, colocaria fim às “conquistas do despotismo que pretendia devorar todas as nações cultas”.

Mas o que seria um governo liberal para esses jornais? Essa definição variava de periódico para periódico e não encontrava um significado único. No entanto, é possível notar algumas características comuns nas publicações analisadas.

Segundo o *Espelho*, esse governo era aquele que “deixa aos cidadãos o maior número possível dos seus direitos e que simplesmente lhes retira aqueles que podem prejudicar o bem comum”. Segundo o *Conciliador*, esse sistema foi escolhido e proclamado nas adesões ao movimento vintista de 1820. Entre suas bases estaria o axioma de que as leis seriam formadas para a “felicidade dos povos e não os povos para serem sacrificados às instituições”. Em torno da “liberal constituição”, os “portugueses de ambos os hemisférios se considerariam uma só e mesma família”, cabendo ao rei governar por meio de uma “sábua e liberal constituição” que promoveria o “primeiro raio de felicidade das nações”.

As constituições, segundo um extrato do jornal *O Portuguez* transcrito no *Semanário*, consolidariam as “liberdades civis”, a “igualdade dos direitos de todo cidadão” e a “imparcialidade perante a lei”. Por meio de uma proclamação intitulada “Aos HABITANTES DO MARANHÃO”, o *Conciliador* expôs a felicidade do correspondente em pertencer “a uma

nação onde a expressão de ideias liberais e a ostentação de ardente patriotismo não são mais crimes”.

Mas quem seriam os liberais? O *Semanário* trouxe uma definição ilustrativa. Eles seriam os “amigos da vossa pátria e inimigos do despotismo”. Assim, enquanto o liberal era aquele que amava a liberdade, a pátria e estava em consonância com as ideias do século, os déspotas eram o oposto. Eles lançavam “ferros” e introduziam “venenos” na nação.

O amor à pátria e a busca pela felicidade se pautavam na defesa da constituição e das instituições tidas como características do liberalismo. Ser liberal, mais do que uma identidade política, era uma obrigação dos bons cidadãos, enquanto ser déspota ou defensor do Antigo Regime era um equívoco. Por isso, ao identificarem na Revolução do Porto o advento do governo liberal no Império português, e relacionarem o liberalismo com a constituição, com a garantia dos direitos civis e políticos assegurados pela Constituição e a superação do Antigo Regime, os jornais de 1821 fizeram com que o movimento vintista e o constitucionalismo que dela adviria se tornassem uma meta obrigatória para os “bons portugueses”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao representarem o Mundo Atlântico como um todo interligado, onde o oceano era um caminho para a circulação de ideias e experiências liberais, os periódicos contribuíram para a inserção do Brasil na experiência revolucionária atlântica. A construção dessa imagem fez parte de um discurso político heterogêneo e não sistematizado pelos jornalistas, mas, ao olharmos em conjunto, podemos notar semelhanças e importantes pontos de conexão em suas narrativas.

Primeiro, percebemos a criação de uma identidade política em que havia lutas em comum e entusiasmo com o liberalismo europeu, conforme retratado pelos redatores. O resultado desses discursos e relatos foi a formação de uma identidade política que transcendia fronteiras nacionais e governos, baseada em uma mesma luta e conjunto de ideias que circulava pelo oceano.

Em segundo lugar, observamos que as notícias e identidades criadas pelos periódicos de 1821 e a euforia com o liberalismo não eram desprovidas de interesse político. Ao polarizarem a política com conceitos antitéticos, como liberais/déspotas e constitucionalistas/absolutistas, os jornalistas buscavam reforçar um projeto político. Ao utilizá-los, não apenas reafirmaram uma identidade positiva ligada ao liberalismo e alimentaram o entusiasmo com essas ideias, como também rotularam seus adversários com conceitos negativos que deviam ser automaticamente rejeitados. Essa polarização conferiu força ao discurso político (KOSELLECK, 2006).

Essas identidades coletivas, segundo Elías José Palti, permitiam que os sujeitos históricos se identificassem como membros de um mesmo grupo com interesses e valores em comum (PALTÍ, 2009). Dessa forma, a idealização das comunidades políticas tinha como objetivo não apenas o reforço de projetos políticos, mas também o compartilhamento de valores, proporcionando aos indivíduos a percepção de que suas causas eram justas, legítimas e internacionais.

Assim, por meio da identidade liberal que unia e compartilhava experiências em ambos os lados do Atlântico, não ser liberal era ser um inimigo da liberdade e da constituição, algo inaceitável para aquele momento. Portanto, mais do que apenas notícias informativas, o que os periódicos publicavam da Europa teve um papel mobilizador em prol de uma causa política e na formação da opinião pública.

Em terceiro lugar, observamos, a partir dos dados quantitativos, que a Europa foi o principal foco de interesse dos jornais da América portuguesa em 1821. Por meio de navios, as folhas estrangeiras compartilhavam espaços com pessoas, objetos e ideias, chegando a diferentes regiões do Brasil. Eles eram recebidos, lidos e interpretados de diversas formas, mas eram referências constantes.

Por meio dessas novidades e discursos, os papéis permitiam que seus leitores viajassem por realidades e países distantes que dificilmente poderiam ser alcançados pessoalmente. Eles não apenas informavam e traziam notícias de outras localidades, mas também criavam uma sensação de proximidade com indivíduos desconhecidos e idealizados, aproximando experiências remotas e conectando realidades distantes por meio dos impressos.

Por fim, acreditamos que a conexão dessas realidades e o compartilhamento de vivências por meio desses periódicos foram causas e consequências da experiência revolucionária. A retórica revolucionária difundida nesses jornais deve ser compreendida como um discurso político, mas não pode ser desconsiderada como um elemento que retrata as conexões existentes entre os movimentos liberais da Era das Revoluções.

Essa narrativa, aliás, não era uma singularidade dos redatores do Brasil. Fernández Sebastián (2014) alertou que o liberalismo foi, nesse momento, um conceito macro que surgiu em muitos locais e buscava legitimar as novas instituições políticas criadas no século XIX. Graças às revoluções dos anos de 1820, e até mesmo antes, como no caso da Espanha, esse termo foi inserido no contexto ibérico e tratado como um sistema de valores morais, políticos e sociais, ligado progressivamente à constituição e à divisão dos poderes.

Por isso, ao publicarem extratos e notícias estrangeiras, principalmente as europeias, percebemos como os redatores da América portuguesa buscavam construir e legitimar uma identidade liberal, ainda que heterogênea e indefinida. Não se tratava apenas de noticiar e informar, mas de mobilizar a população em torno de uma causa política.

No entanto, a partir de 1822, podemos observar uma mudança nesse cenário. A identificação compartilhada entre os portugueses da América e da Europa começou a perder espaço. Devido ao progressivo distanciamento entre os projetos defendidos pela elite do Centro-Sul do Brasil e as Cortes de Lisboa, outras identidades passaram a ganhar destaque nos jornais, principalmente os publicados no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Age of Revolutions in Global Context, c.1760-1840**. Londres: Palgrave MacMillan, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estado da Emancipação Política do Brasil. In: NOVAIS, Fernando. (Ed.) **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: DIFEL, 1969.
- COLLEY, Linda. A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno. São Paulo: Zahar, 2022.
- GAMES, Alison. Atlantic History: definitions, challenges, and opportunities. **The New World History**. Oxford: Oxford University Press, v. 111, n. 3, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article/111/3/741/13790>. Acesso em 12/09/2021. Doi: <https://doi.org/10.1086/ahr.111.3.741>.
- GODECHOT, Jacques. A independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GODECHOT, Jacques. **As revoluções (1770-1799)**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- GRANJA, Lúcia; LUCA Tânia Regina de. **Suportes e Mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Ed.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- JANCSÓ, István.; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, p. 389–440, 2000. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas_de_um_mosaico.pdf. Acesso em 12/09/2021. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_11.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.
- LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: o estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade de São Paulo, 2015.
- MaCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. (Ed.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. Livreiros, impressores e autores: organização de redes mercantis e circulação de ideias entre a Europa e a América (1799-1831). In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (Eds.) **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018.
- NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Ed.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- PALMER, Robert Roswell. **The Age of the Democratic Revolution**. Princeton: Princeton Univesity Press, 2014.
- PALTI, Elías José. **El momento romântico: nación, historia y lenguajes políticos em la Argentina del siglo XX**. Buenos Aires: EUBA, 2009.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: INTERMEIOS, 2017.

REIS, Arthur Ferreira. Emoção e patriotismo nos jornais da independência (1821-1823). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022

RINKE, Stefan.; SCHULZE, Frederik. Los orígenes de las revoluciones de independencia de América Latina en perspectiva atlántica. *Estudios Ibero-Americanos*2, v. 36, n. 2, p. 153–178, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5967954>. Acesso em 12/09/2021.

SCHULTZ, Kirsten. A Era das Revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir. (Ed.). **Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Ed.) **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (eds.). **Conceptos políticos, tiempo e historia**. Santander: Universidad de Cantabria McGraw-Hill Interamericana de España, 2013.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (Ed.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano, conceptos políticos fundamentales (1770-1870)**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Historia conceptual en el Atlántico Ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2021.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. *La aurora de la libertad: los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FONTES

Aurora Pernambucana, Recife, 1821.

Conciliador do Maranhão, São Luís, 1821.

Conciliador do Reino Unido, Rio de Janeiro, 1821.

Idade d'Ouro, Salvador, 1821.

Malagueta, Rio de Janeiro, 1821.

O Bem da Ordem, Rio de Janeiro, 1821.

O Espelho, Rio de Janeiro, 1821.

Relator Verdadeiro, Recife, 1821.

Reverbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, 1821.

Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Commum, Rio de Janeiro, 1821.

Segarrega, Recife, 1821.

Semanário Cívico, Salvador, 1821.